

STJ00120447

LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEM
MARCELO ZENKNER
Coordenadores

LARISSA GARRIDO BENETTI SEGURA
Organizadora

SISTEMA DE INTEGRIDADE E PODER JUDICIÁRIO

Estudos em homenagem ao Ministro Luiz Fux

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2022

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

| | |
|---|---------------------------------------|
| Adilson Abreu Dallari | Floriano de Azevedo Marques Neto |
| Alécia Paolucci Nogueira Bicalho | Gustavo Justino de Oliveira |
| Alexandre Coutinho Pagliarini | Inês Virginia Prado Soares |
| André Ramos Tavares | Jorge Ulisses Jacoby Fernandes |
| Carlos Ayres Britto | Juarez Freitas |
| Carlos Mário da Silva Velloso | Luciano Ferraz |
| Cármem Lúcia Antunes Rocha | Lúcio Delfino |
| Cesar Augusto Guimarães Pereira | Marcia Carla Pereira Ribeiro |
| Clovis Beznos | Márcio Cammarosano |
| Cristiana Fortini | Marcos Ehrhardt Jr. |
| Dinorá Adelaide Musetti Grotti | Maria Sylvia Zanella Di Pietro |
| Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>) | Ney José de Freitas |
| Egon Bockmann Moreira | Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho |
| Emerson Gabardo | Paulo Modesto |
| Fabício Motta | Romeu Felipe Bacellar Filho |
| Fernando Rossi | Sérgio Guerra |
| Flávio Henrique Unes Pereira | Walber de Moura Agra |

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

| | | |
|-----------|---|--------------------------|
| 5623 | Sistema de integridade e Poder Judiciário: estudos em homenagem ao ministro Luiz Fux / organizado por Larissa Garrido Benetti Segura ; coordenado por Luiz Fernando Tomasi Keppen, Marcelo Zenkner. – Belo Horizonte : Fórum, 2022. 390 p. ; 14,5cm x 21,5cm. ISBN: 978-65-5518-454-9 1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Constitucional. 4. Integridade. 5. Compliance. 6. Conselho Nacional de Justiça. 7. Poder Judiciário. 8. Sistema de justiça. 9. Administração Judiciária. I. Segura, Larissa Garrido Benetti. II. Keppen, Luiz Fernando Tomasi. III. Zenkner, Marcelo. IV. Título. | CDD: 341.3 CDU: 342.9 |
| 2022-2224 | | |

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SEGURA, Larissa Garrido Benetti (org.); KEPPEN, Luiz Fernando Tomasi; ZENKNER, Marcelo (coord.). *Sistema de integridade e Poder Judiciário: estudos em homenagem ao ministro Luiz Fux*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 390 p. ISBN 978-65-5518-454-9.

1225108

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

| | |
|--|----|
| Luiz Fernando Tomasi Keppen | 15 |
|--|----|

O SISTEMA DE INTEGRIDADE E *COMPLIANCE* NO PODER JUDICIÁRIO

| | |
|---|----|
| Luiz Fernando Tomasi Keppen, Larissa Garrido Benetti Segura, Inês da Fonseca Pôrto | 21 |
| Introdução..... | 21 |
| 1 Peculiaridades do Poder Judiciário e a corrupção..... | 22 |
| 2 Os mecanismos de autocontrole da magistratura..... | 26 |
| 3 O <i>compliance</i> e sistema de integridade judicial..... | 28 |
| 3.1 A integridade pública..... | 30 |
| 3.2 A Rede Global de Integridade Judicial..... | 31 |
| 3.3 Reflexões finais..... | 32 |
| Conclusão..... | 33 |
| Referências..... | 34 |

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA INTEGRIDADE PÚBLICA: O FORTALECIMENTO DA CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E O CONTROLO DA CORRUPÇÃO

| | |
|---|----|
| Julia Maria Gracia de Castro | 35 |
| 1 Introdução..... | 35 |
| 2 Corrupção e integridade: que perspectivas?..... | 36 |
| 2.1 Corrupção e ação coletiva: além do marco do principal-agente..... | 36 |
| 2.2 A integridade como governação..... | 41 |
| 3 A qualidade da democracia e a corrupção: a integridade como pilar..... | 43 |
| 4 Integridade e boa governação: a importância dos sistemas de gestão para o reforço da confiança institucional..... | 46 |
| 4.1 A integridade como uma dimensão crítica da confiança nas instituições..... | 46 |
| 4.2 Uma perspectiva principiológica para a gestão da integridade pública..... | 49 |

| | | |
|---|---|----|
| 5 | A importância da boa gestão da integridade pública no poder judicial e a Resolução nº 410/2021 do CNJ | 52 |
| 6 | Reflexões finais | 56 |
| | Referências | 57 |

A EVOLUÇÃO NORMATIVA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

| | | |
|--|--|-----------|
| Jordana Maria Ferreira de Lima, Marcos Vinicius Jardim Rodrigues | | 61 |
| 1 | A atribuição regulamentar do Conselho | 61 |
| 2 | Conceituação: integridade, ética e transparência | 64 |
| 3 | O Código de Ética da magistratura e normas agregadoras | 67 |
| 4 | Aprimoramento da transparência como atributo do Conselho .. | 72 |
| 5 | Integridade no Judiciário | 75 |
| 6 | Considerações finais | 76 |

EFICIÊNCIA E INTEGRIDADE: COMPLIANCE NO PODER JUDICIÁRIO COMO INSTRUMENTO PARA MUDANÇAS EFETIVAS

| | | |
|----------------------------|--|-----------|
| Matheus Puppe | | 79 |
| | Introdução | 79 |
| 1 | <i>Compliance</i> e suas vertentes | 80 |
| 2 | Eficiência e integridade | 82 |
| 3 | <i>Compliance</i> e sua necessidade social | 85 |
| 4 | Processos e etapas <i>compliance</i> | 87 |
| 5 | Conclusão | 89 |
| | Referências | 90 |

GOVERNANÇA E PODER JUDICIÁRIO: O CASO DA SECRETARIA ESPECIAL DE PROGRAMAS, PESQUISAS E GESTÃO ESTRATÉGICA

| | | |
|---|---|-----------|
| Marcus Livio Gomes, Doris Canen, Ana Hendges | | 93 |
| 1 | Introdução | 93 |
| 2 | Conceitos: governança e <i>compliance</i> | 94 |
| 3 | A aplicação no âmbito do Poder Judiciário | 96 |
| 4 | Normativos | 99 |
| 4.1 | Normativos internacionais | 99 |
| 4.2 | Normativos domésticos | 100 |
| 5 | Apresentação de casos | 104 |
| 5.1 | Legislação anticorrupção e <i>compliance</i> e o Tribunal Penal Internacional | 104 |
| 5.2 | Poder Executivo – nacional e internacional | 107 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 5.3 | Âmbito internacional – Poder Judiciário..... | 109 |
| 5.4 | Governança e <i>compliance</i> : um estudo de caso da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP/ CNJ..... | 112 |
| 5.4.1 | Publicação de relatórios mensais..... | 113 |
| 5.4.2 | Definição de fluxos de trabalho..... | 114 |
| 5.4.3 | O sistema de controle e acompanhamento de processos da SEP | 114 |
| 5.4.4 | Gestão dos acordos de cooperação da Secretaria..... | 116 |
| 5.4.5 | Controle de composição de microcolegiados | 117 |
| 5.4.6 | Tratamento do sistema de ouvidoria referente aos sistemas geridos pela SEP..... | 117 |
| 5.4.7 | SEP na Rede de Governança Colaborativa | 117 |
| 5.4.8 | Condução da Reunião de Análise da Estratégia pela SEP..... | 118 |
| 6 | Conclusões..... | 119 |
| | Referências..... | 120 |

REGULAÇÃO RESPONSIVA E INTEGRIDADE: PERSPECTIVAS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO

| | | |
|--|--|-----|
| Henrique Abi-Ackel Torres | 123 | |
| 1 | Introdução..... | 123 |
| 2 | A cultura regulatória e os sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário | 124 |
| 3 | A crise dos modelos regulatórios tradicionais | 128 |
| 4 | Os desafios comportamentais da regulação | 132 |
| 5 | O modelo de regulação responsiva..... | 135 |
| 6 | Conclusões..... | 139 |
| | Referências..... | 140 |

INTEGRIDADE JUDICIAL E A PROTEÇÃO DE DADOS

| | | |
|--|---|-----|
| Rodrigo Pironti, Mariana Keppen | 143 | |
| | Introdução..... | 143 |
| I | O papel da Alta Administração | 145 |
| II | Nomeação do encarregado de dados e de um comitê de privacidade..... | 147 |
| III | Gestão de riscos – elaboração do mapeamento de dados e matriz de riscos | 149 |
| IV | Monitoramento, aprimoramento e capacitação | 152 |
| | Conclusão..... | 153 |
| | Referências..... | 154 |

OS EFEITOS COLATERAIS DO ULTRA COMPLIANCE

| | |
|---|-----|
| Tracy Reinaldet | 157 |
| 1 Um Poder Judiciário que se aperfeiçoa: a Resolução nº 410 e o <i>compliance</i> | 157 |
| 2 Até para o bom há limite: o problema do ultra <i>compliance</i> | 164 |
| Referências | 173 |

CORRUPÇÃO NO JUDICIÁRIO POR DEPENDÊNCIA

| | |
|--|-----|
| Eduardo Saad-Diniz, João Victor Palermo Gianecchini | 175 |
| 1 Introdução..... | 175 |
| 2 Insuficiências do debate sobre a corrupção | 176 |
| 3 Corrupção no Judiciário | 179 |
| 4 A relevância dos programas de <i>compliance</i> para a corrupção por dependência | 183 |

O IMPACTO DOS RESULTADOS DAS INVESTIGAÇÕES INTERNAS CORPORATIVAS EM PROCESSOS JUDICIAIS: A IMPORTÂNCIA DA AUTORREVELAÇÃO VOLUNTÁRIA PARA A REPUTAÇÃO EMPRESARIAL E PARA A DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO

| | |
|---|-----|
| Marcelo Zenkner | 187 |
| 1 Os pilares do <i>compliance</i> e a importância dos sistemas de integridade | 187 |
| 2 O reporte do resultado das investigações internas corporativas – benefícios e riscos | 189 |
| 3 O tratamento dispensado às comunicações corporativas pelo Poder Público | 196 |
| 3.1 As diretivas do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre os órgãos de controle brasileiro | 196 |
| 3.2 A Instrução Normativa nº 13/2019 da Controladoria-Geral da União | 200 |
| 3.3 A Portaria Normativa nº 18/2021 da Advocacia-Geral da União | 202 |
| 3.4 A Portaria Conjunta nº 4/2019 da Controladoria-Geral da União e da Advocacia-Geral da União | 207 |
| 3.5 Na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público..... | 209 |
| 3.6 A Resolução nº 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público..... | 214 |
| 4 Reflexos das evidências coletadas em investigações internas nos processos judiciais | 216 |

| | |
|------------------------|-----|
| Conclusões finais..... | 218 |
| Referências | 220 |

A DUE DILIGENCE DE INTEGRIDADE (DDI) E O GRAU DE RISCO DE INTEGRIDADE (GRI) NAS CONTRATAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO

| | |
|---|-----|
| Rodrigo Pironti, Mirela Miró Ziliotto | 223 |
| 1 É possível o Poder Judiciário solicitar o preenchimento, por potenciais licitantes ou contratados, de questionário de <i>due diligence</i> de integridade (informações relacionadas a perfil da pessoa jurídica, gestão da entidade, relacionamento com agentes públicos, histórico de litígios, programa de integridade e relacionamento com terceiros)?..... | 227 |
| 2 Em que momento do procedimento é possível exigir esse preenchimento? Pode-se exigi-lo como condição para integrar o cadastro de fornecedores, como condição de habilitação ou como condição de contratação? | 228 |
| 2.1 A questão das inconstitucionalidades formal e material da exigência do GRI..... | 228 |
| 2.2 Existe algum caso prático a balizar a avaliação pelo Poder Judiciário e a ilustrar o posicionamento sobre a DDI e o GRI?... | 232 |
| Referências..... | 244 |

COMBATE PELA INTEGRIDADE E MUDANÇAS NO JUDICIÁRIO

| | |
|---|-----|
| João Maurício Adeodato, Maurício Rands | 247 |
|---|-----|

A RECOMENDAÇÃO DA OCDE SOBRE INTEGRIDADE PÚBLICA E SEUS EFEITOS SOBRE O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

| | |
|---|-----|
| Christine Santini, Ligia Maura Costa | 269 |
| 1 Introdução..... | 269 |
| 2 O papel da OCDE | 270 |
| 3 A Recomendação do Conselho da OCDE sobre Integridade Pública | 276 |
| 4 A importância do CNJ para o Judiciário | 280 |
| 5 O papel do CNJ na disseminação da cultura de integridade no Poder Judiciário | 282 |
| 6 A Resolução n ^o 410, de 23 de agosto de 2021, do CNJ..... | 286 |
| 7 A importância da cultura da integridade no Judiciário | 290 |
| 8 Conclusão..... | 292 |
| Referências | 293 |

**PAPEL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NA
DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DA INTEGRIDADE NO ÂMBITO
DO PODER JUDICIÁRIO**

| | |
|---|------------|
| Valter Shuenquener de Araujo, Carolina Ranzolin Nerbass..... | 297 |
| Introdução: a exigência de integridade e sua evolução no Brasil..... | 297 |
| O Conselho Nacional de Justiça e sua função | 306 |
| O Conselho Nacional de Justiça e a integridade..... | 308 |
| Conclusões..... | 311 |
| Referências | 311 |

**OS PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA ALINHADOS AO PODER
JUDICIÁRIO**

| | |
|---|------------|
| Célia Lima Negrão, Roberto Livianu..... | 313 |
| 1 Introdução..... | 313 |
| 2 A governança na Administração Pública..... | 314 |
| 3 A Justiça no Brasil..... | 318 |
| 4 O modelo de governança necessário ao Poder Judiciário..... | 322 |
| 5 Conclusão..... | 329 |
| Referências | 329 |

**“TONE OF THE TOP” E PODER JUDICIÁRIO: REFLEXOS DA ALTA
ADMINISTRAÇÃO NA ATUAÇÃO DA MAGISTRATURA NOS
SISTEMAS DE INTEGRIDADE**

| | |
|-------------------------------------|------------|
| Daniel Lança, Davi Lago..... | 331 |
|-------------------------------------|------------|

**CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA RESOLUÇÃO Nº 410, DO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: OS CONCEITOS DE
COMPLIANCE E DE INTEGRIDADE SOB A PERSPECTIVA DAS
NORMAS E ELEMENTOS AXIOLÓGICOS DO SISTEMA JURÍDICO
BRASILEIRO**

| | |
|---|------------|
| Theophilo Antonio Miguel Filho..... | 345 |
| 1 Uma introdução sobre a Resolução nº 410, do Conselho Nacional de Justiça | 345 |
| 2 Elementos axiológicos e normativos preexistentes no sistema jurídico pátrio e na experiência brasileira | 347 |
| 3 <i>Compliance</i> , integridade e a Resolução nº 410, do Conselho Nacional de Justiça..... | 359 |
| 4 Conclusão..... | 363 |
| Referências..... | 364 |

**A INTEGRIDADE COMO FORMA DE PROMOVER UMA
ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA EFICIENTE****Mário Augusto de Figueiredo Lacerda Guerreiro, David Miranda**

| | |
|---|---------|
| Barroso | 367 |
| 1 O Poder Judiciário e a governança pública..... | 367 |
| 2 Integridade como pilar da governança pública | 372 |
| 3 Sistemas de integridade já adotados no Poder Judiciário | 381 |
| 4 Integridade como ponto central da administração judiciária..... | 382 |
| Referências | 383 |
| SOBRE OS AUTORES | 385 |